

Personagens secundários em sua própria narrativa: Como a mídia catarinense cobriu a invasão à Terra Indígena no Morro dos Cavalos¹

Gisele BUENO²

Luiz Fernando Nascimento MENEZES³

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo:

O presente trabalho se propõe a refletir como os veículos de mídia *online* catarinenses abordaram a invasão à Terra Indígena no Morro dos Cavalos, situada no município de Palhoça, que ocorreu em 31 de outubro de 2015. Para isso, analisamos a linguagem, o enquadramento dado às matérias e o agendamento dos veículos que pautaram este tema com base na Análise da Narrativa proposta por Motta (2008). O objetivo é verificar o comportamento na produção e publicação de material jornalístico no dia da invasão (31) e no dia seguinte (1), nos principais meios digitais de Santa Catarina. A par da interpretação dessas narrativas, promovemos uma discussão teórica com o apoio do pensamento de Boaventura de Sousa Santos (1997, 2002, 2007).

Palavras-chave: Jornalismo, Mídia *online*, Índios; Terras indígenas, Morro dos Cavalos.

1. Introdução

O Morro dos Cavalos é uma reserva indígena situada no município de Palhoça, aproximadamente 30 quilômetros ao sul de Florianópolis. A região tem sido palco de conflitos territoriais entre indígenas e juruás (não indígenas), que disputam o direito pelos quase 2 mil hectares demarcados como Terra Indígena (TI). A portaria que declarou a região como posse dos índios Guarani foi publicada em 2002, mas ainda hoje a demarcação tem gerado desacordos.

Entre os dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2015, 13 anos após a divulgação do documento que concedeu aos índios Guarani o usufruto da TI do Morro dos Cavalos, a região foi invadida por antigos moradores que alegam possuir direitos sobre a área. Os invasores justificam o ato pelo atraso nos pagamentos das indenizações. No entanto, a justiça explica que o pagamento só não foi realizado ainda por discordância de valores entre

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

Trabalho realizado como atividade do Pibic-UFSC/CNPq sob orientação do professor Jorge Kanehide Ijuim. Email: ijuimjor@gmail.com.

² Graduanda da 6ª fase de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de Iniciação Científica; Email: giselecbueno95@gmail.com

³ Graduando da 8ª fase de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de Iniciação Científica. Email: luizfernandonmenezes@gmail.com

as partes envolvidas. O confronto entre indígenas e não-indígenas acabou por ação da polícia e da Funai, mas a disputa pela posse dessas terras está longe de chegar ao fim. O conflito de interesses que gira em torno da região do Morro dos Cavalos é muito mais complexo do que se pensa.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, garante os direitos territoriais dos povos indígenas. Para fazer valer tal garantia, foi criado em 1996, pelo Ministério da Justiça, o Decreto 1775/96, que dispõe sobre o processo administrativo necessário para a efetiva demarcação. Na comunidade localizada no Morro dos Cavalos, esse processo teve início em 1993 — sendo que o primeiro relatório necessário para dar início a análise do pedido de demarcação só foi finalizado no ano 2000. No entanto, a área delimitada pelo documento não comportava a comunidade indígena que ali residia na época e, por isso, teve de ser refeito por um novo grupo de estudos, que finalizou o projeto de demarcação em 2001. No ano seguinte, 1988 hectares foram demarcados como Terra Indígena (TI) na região do Morro dos Cavalos. Em 2010, a Fundação Nacional do Índio (Funai) finalizou a demarcação física, faltando apenas a homologação do registro pela Presidência da República.

Desde o início do processo, a demarcação do espaço vem sendo debatida e contestada. Em 1993, o então governador de Santa Catarina, Wilson Pedro Kleinubing, enviou um ofício ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, alegando que a Funai causou um “grave problema” e pediu a suspensão imediata da portaria que dava início ao processo de demarcação.

A pressão política e econômica não parou por aí. Com o andamento do processo e a finalização da demarcação física pela Funai em 2002, não tardou para que surgissem denúncias de que haviam pessoas instigando a população contra os indígenas da região. Além disso, já no primeiro ano após a divulgação da Portaria, houve contestações por parte da Promotoria Temática da Serra do Tabuleiro, da Fundação do Meio Ambiente (Fatma/SC), e da Prefeitura Municipal de Palhoça. Dentre os argumentos apresentados, as obras de duplicação da BR 101 ganharam destaque.

Atualmente, a TI do Morro dos Cavalos faz vizinhança com a estrada federal. No entanto, o projeto de duplicação da BR 101 prevê a abertura de nova pista que passará dentro do território indígena. Ou seja, irá invadir a demarcação feita pela Funai com base em estudos das terras da região. Para resolver tal “impasse de desenvolvimento”, o DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes criou licitação para escolher

construtoras que apresentassem novas propostas para a duplicação. A Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia idealizou uma nova opção de obra que causaria menos impactos ambientais e culturais. A construção de túneis evitaria a passagem da rodovia pela TI do Morro dos Cavalos e seria economicamente mais viável. A antiga pista, que hoje é vizinha à aldeia Guarani, seria trocada por uma pequena mudança de percurso. No entanto, a proposta não obteve apoio suficiente para ser aceita e executada.

Um dos argumentos que incitam a não aceitação dos Guarani no Morro dos Cavalos é o de que as famílias que ali residem deveriam ter chegado na região antes de 1988, ano em que a presente Constituição entrou em vigor. A população tem alegado que famílias indígenas mudaram-se para a localidade ao saberem que ali seria demarcada Terra Indígena e tomaram proveito disso, sendo em sua maioria grupos paraguaios e argentinos.

No entanto, há comprovações históricas de que tribos Guarani já habitavam o litoral catarinense antes mesmo da chegada dos europeus ao Brasil. O viajante alemão Hans Staden registrou em seus manuscritos de 1557 o crescente deslocamento de tribos indígenas da ilha para o continente, ocasionado pela chegada de estrangeiros. Contudo, ainda que existam comprovações históricas suficientes de que os povos indígenas são os verdadeiros donos dessa terra, os conflitos sociais e econômicos prevalecem.

A atual demarcação também é deslegitimada por alguns dos antigos moradores da área que foram realocados devido a delimitação das TIs. O argumento é que muitos ainda não receberam a indenização a que têm direito. Em outros casos ainda, os povos indígenas que ocupam a região do Morro dos Cavalos são acusados de gerar “atraso da civilização” já que as obras de duplicação da rodovia estão paradas enquanto o processo de homologação da área não progredir. Até mesmo o Governo do Estado de Santa Catarina apela pela proteção da propriedade privada, com esses mesmo argumentos.

A insistência de desrespeito à Terra Indígena carrega consigo os mais diversos argumentos. A mídia catarinense tem sido responsável por grande parte deles, por meio da produção de material jornalístico.

Este artigo pretende analisar a maneira como os principais portais de notícias *online* de Santa Catarina — *Diário Catarinense*, *GI Santa Catarina*, *Notícias do Dia*, *Jornal de Santa Catarina* — e um portal independente — *Desacato* — trataram a invasão do território indígena do Morro dos Cavalos, que aconteceu no dia 31 de outubro de 2015 e verificar se o material jornalístico produzido contribuiu e/ou tem contribuído para a formação da opinião popular.

Para isso, analisamos uma amostra de sete notícias publicadas nesses portais entre os dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2015. Para efetuar a análise, recorremos à Análise da Narrativa Jornalística, recomendada por Motta (2008).

2. O pensamento social moderno e as heranças no jornalismo

Desde sua criação, o jornalismo tem um papel político de extrema importância na formação da opinião popular. Era através da contação de histórias que as pessoas conheciam umas as outras, lugares e realidades distintas das suas. Mas foi com pensamento moderno que nasceu a atividade jornalística como a conhecemos hoje.

A corrente filosófica de Augusto Comte é considerada o regime definitivo da razão e tem a observação como base do conhecimento. Algumas características positivistas influenciaram o fazer jornalístico e permanecem enraizadas. O tom de afirmação diante de fatos, por exemplo, busca apresentar “verdades absolutas” por meio do jornalismo. Essa característica é facilmente observada em manchetes e no próprio texto, pelo qual sempre se afirma determinado fato. Já a busca pela precisão de dados também se originou da necessidade de apresentar resultados absolutos para o leitor. O jornalismo evita cair em abstrações e tende sempre a justificar suas lacunas. Além desses, o apego aos fatos e consequente desvalorização do contexto também se faz presente no jornalismo dos dias de hoje. Essa necessidade nasceu da exagerada valorização do fato e da observação e criou fontes de informação superficiais pela falta de contextualização do conteúdo.

Basta abrir o jornal diário para notar que as notícias tratam acontecimentos isolados, sem a preocupação de situar tais acontecimentos em um espaço político, histórico ou social. Ijuim (2014) reforça essa ligação e problematiza a crescente desvalorização das causas e o apego as consequências. Esses e outros aspetos ajudaram na construção do jornalismo, bem como enraizaram um fazer jornalístico pouco representativo e eficiente na tarefa de informar e na condição de formador de opinião pública.

No entanto, para analisar a forma como a mídia tem agido, é preciso compreender também como a própria sociedade se estruturou ao longo dos anos. O pensamento social moderno, de acordo com Santos (2007) é um pensamento abissal, que constrói uma linha imaginária entre “dois lados”, duas realidades, pregando que a co-existência de ambas é impossível. Boaventura de Sousa Santos exemplifica essa linha abissal por meio do conflito entre o conhecimento moderno, que se atém ao verdadeiro e falso, e os conhecimentos

populares que se tornam invisíveis por não se encaixarem no primeiro. Outro exemplo utilizado pelo autor é o direito moderno que se baseia no legal e no ilegal, ignorando outras formas de negociação de direitos.

As linhas invisíveis que dividem a sociedade podem se tornar mais perceptíveis, mesmo que ambos os lados estejam cada vez mais próximos geograficamente. Trata-se, por exemplo, da invisibilidade da cultura indígena no município de Palhoça, onde a população convive com o povo Guarani, mas ignora seu modo de vida.

Nesse contexto, é possível observar também outra característica social apresentada por Santos (2002): a ausência de representatividade. Essa ausência acontece devido a falta de espaço e credibilidade a esses povos que, por sua vez, ocorre devido a extrema valorização de culturas hegemônicas. Logo, o autor ressalta a sociologia das ausências como forma de revelar a necessidade de multiplicar e diversificar as práticas sociais validadas pela sociedade. Ou seja, visa reconhecer e dar ênfase às experiências sociais fora do padrão hegemônico imposto.

No entanto, é possível observar que os padrões hegemônicos também precisam de certa legitimação para tornarem-se referência. Esse processo ocorre na sociedade atual por meio da globalização. Boaventura de Sousa Santos (2002) explica que esse movimento anuncia o fim dos sistemas nacionais, que eram antes núcleo central das atividades e estratégias humanas. Entretanto, ressalta o autor, ao invés de homogeneizar, a globalização tem ressaltado as linhas abissais por meio da imposição dos padrões hegemônicos.

Com o aumento do poder político interestatal (criação de blocos econômicos como o Mercosul, União Europeia, etc), o estado-nação passou a ser caracterizado por sua diversidade cultural. Mas enquanto isso ocorre externamente, internamente estes países esmagam sua diversidade por meio da supervalorização de culturas hegemônicas, do direito moderno, do sistema educacional, entre outros. O índio, por exemplo, é símbolo cultural do Brasil. Mas enquanto os brasileiros exaltam seu orgulho pelo “caldeirão cultural” que é o país, internamente desvalorizam a cultura indígena, a afrodescendente e qualquer outra que fuja dos padrões hegemônicos impostos pela globalização. A medicina natural não é considerada válida ou confiável pela sociedade como é a medicina tradicional, utilizada em países “desenvolvidos”.

Para esse processo, Boaventura de Sousa Santos dá o nome de globalismo localizado. Trata-se do impacto específico produzido por práticas e imperativos

hegemônicos dentro de culturas independentes e completas, mas que vivem reféns da globalização quando o assunto é reconhecimento.

A problematização da homogeneidade na definição e aplicação desses direitos se faz presente no texto do autor. Para Santos, a globalização faz com que a cultura ocidental se sobressaia às demais. Trata-se da história de “vencedores x vencidos”, contada pelos próprios vencedores, fazendo com que os derrotados saiam de cena. Nas palavras do autor: “Globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição ou entidade rival” (SOUSA, 1997).

Este é, claramente, o efeito sobre a população indígena brasileira: outras culturas locais consideram-se universalizadas e localizam a cultura dos índios no intuito de diminuí-la ou tirar-lhe a representatividade. Na verdade, os indígenas possuem uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis por causa dessa separação abissal. Para esses embates, Santos propõe um pensamento pós-abissal como um pensamento ecológico, pelo qual a ecologia de saberes traria o reconhecimento da pluralidade em interações que não comprometam a autonomia dos envolvidos - “Aprender com o sul usando a epistemologia do sul”.

Em Santa Catarina, na própria região do Morro dos Cavalos, é possível observar tal fenômeno. A população de não-indígenas do local ainda possui certo estranhamento em relação à cultura dos Guarani. Ainda que tenham sido estes os povos que primeiro habitaram nosso país, sua cultura parece distante e desconhecida para muitos. Ou seja, adotaram-se costumes e culturas de diferentes partes do mundo (muitas delas impostas pela globalização), e pouco se conhece e ou se aceita da própria cultura.

Tal fato caracteriza a linha abissal que se apresenta entre esses povos. De um lado, a população de não-indígenas que vive a seu modo e possui interesses socioeconômicos na duplicação da BR 101. Do outro lado, o povo Guarani que também vive a seu modo e possui interesses divergentes em relação ao território do Morro dos Cavalos. Para que um exista, o outro precisa ser deslegitimado, não existir. E de acordo com os princípios da globalização, o povo Guarani é o lado “mais fraco” já que se encontra num contexto onde opera o direito moderno, criado e executado pela população não-indígena. Logo, depende do outro lado da linha para garantir seus interesses e, por conseguinte, a coexistência.

A lógica da globalização se faz presente em muitas outras zonas de conflito. Esse conflito se dá justamente pela ausência de diversidade de experiências. Somente o hegemônico se sobressai, causando invisibilidade ao que não se encaixa nesses padrões.

No entanto, é necessário pensar como se dá a construção desses padrões. Levando em conta a discussão dos modelos jornalísticos e do pensamento social moderno é possível observar que a mídia tem tido papel fundamental na construção e enraizamento de pontos de vista.

Será que o jornalismo moderno tem conseguido escapar da superficialidade trazida pelo positivismo? É possível que os padrões hegemônicos sejam quebrados dessa forma? A mídia tradicional tem se pautado pela sociologia das ausências? Tais indagações são necessárias, levando em conta o papel de “provedor de verdades” que o jornalismo tem assumido perante a sociedade.

3. Invasão ou ocupação?

Como o objetivo do trabalho é analisar a relação da mídia com a invasão do Morro dos Cavalos, foi escolhida a metodologia da Análise da Narrativa, proposta por Motta (2008). De acordo com o autor, toda narrativa é uma organização espontânea e intuitiva, e não aleatória e, por isso, é possível perceber estratégias culturais dos autores dessa narrativa, suas intenções e seus objetivos. E quais são as intenções e objetivos da mídia ao relatar a invasão do Morro dos Cavalos? Para responder essa pergunta, a análise seguiu os seis procedimentos supostos pela metodologia escolhida: recomposição do acontecimento, identificação dos conflitos, construção de personagens jornalísticas, estratégias comunicativas, relação comunicativa e metarrativas.

No primeiro movimento — recomposição do acontecimento — é construída uma nova narrativa a partir das notícias aparentemente descontínuas, conectando-as para identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativo cronológico a fim de compreender o tema como uma síntese. No caso deste trabalho, o acontecimento pode ser sintetizado na frase “cerca de 30 pessoas invadem a reserva indígena do Morro dos Cavalos”.

O segundo procedimento — identificação dos conflitos — serve para perceber qual o conflito principal e os secundários da nova narrativa.

Grupo que ocupou casa na reserva indígena Morro dos Cavalos deixa local

No sábado, cerca 30 pessoas não indígenas adentraram a área demarcada em 12 carros e ocuparam uma casa vazia situada próxima à rodovia. Eles discordam da demarcação e se dizem prejudicados por ela – um dos integrantes do grupo seria o antigo proprietário do imóvel, que afirma sequer ter recebido o valor da indenização até agora. Após bastante bate-boca foi feito um acordo entre as partes, restando apenas quatro homens e um funcionário da Funai na casa.
Diário Catarinense, 1 nov 2015.

Apesar de resumir o conflito principal e relatar um possível desfecho para a narrativa, esse trecho, que se trata do sublide da matéria, esconde uma das complicações da narrativa: “Segundo os índios, o grupo chegou atirando para o alto e soltando fogos de artifício. Houve princípio de conflito” (*Grupo de 30 pessoas invade a reserva indígena no Morro dos Cavalos*, em Palhoça. *Notícias do Dia*, 31 out 2015). Na mesma reportagem: “Os policiais não encontraram armas com os invasores, que fizeram um churrasco para celebrar a ocupação”. Percebemos, portanto, que as notícias relatam o ocorrido dando certo tom de legitimidade aos invasores, enquanto tratam os indígenas como fontes duvidosas. Em outra reportagem, o jornalista duvida do uso dos fogos de artifício: “De acordo com Luiz Graziano [chefe de comunicação da PRF], os índios reprovaram a iniciativa do grupo que teria até soltado fogos de artifício ao entrar na reserva”.

Essas reportagens também revelam como se dá a construção de sentido por trás dos personagens — terceiro procedimento. Enquanto os indígenas são vistos como fontes não confiáveis, que podem estar tentando aumentar o conflito, o grupo de invasores é retratado como pacífico, que protestava fazendo churrasco. Vale ressaltar também que o personagem Nédison José Fernandes, antigo proprietário do imóvel ocupado e caracterizado como líder da invasão, ganha voz em três reportagens da grande mídia e, nas três, argumenta:

Chegada de grupo de 30 pessoas causa confusão em reserva indígena no Morro dos Cavalos

(...) ter adquirido a área onde está a casa ocupada na tarde de sábado e pede a **reintegração de posse** do local. Segundo Fernandes, o terreno foi comprado antes que a área fosse declarada como reserva indígena.
Jornal de Santa Catarina, 01 nov 2015.

Por outro lado, a cacique Kerexu da Terra Indígena Morro dos Cavalos, Eunice Antunes, aparece apenas uma vez na grande mídia:

Grupo que invadiu reserva indígena em Palhoça é retirado após decisão judicial

A cacique Eunice Antunes disse estar apreensiva. Na última semana foram registrados tiros dentro da área da aldeia e ela teme pela integridade dos 190 índios, sendo que 70% são crianças. “Apenas esse senhor que não aceita que se trata de terra indígena. Ficamos apreensivos, porque na última semana ouvimos tiros dentro dentro da aldeia. A demarcação já foi concluída, e aguardamos apenas a homologação da presidente”, disse Eunice.
Notícias da Dia, 01 nov 2015.

O portal *Desacato* faz o contrário: em suas duas reportagens sobre o acontecimento, a cacique aparece como fonte primária, enquanto a voz dos invasores quase não é publicada. Vale ressaltar que a matéria *Sobre a invasão na Terra Indígena Morro dos Cavalos* é a única que aborda a tribo e etnia dos indígenas da narrativa.

O quarto procedimento — estratégias comunicativas —, de acordo com o Motta, tem o objetivo de descobrir os dispositivos retóricos utilizados pelos jornalistas e revelar o uso intencional de certos recursos linguísticos e extralinguísticos. Um deles pode ser visto no fragmento da reportagem do *Jornal de Santa Catarina* citado anteriormente: ênfase em negrito que os invasores estavam querendo a reintegração da posse ou o pagamento da indenização. Essa ênfase, aliado ao uso do substantivo “ocupação” (ou até “chegada”, substantivo utilizado no título da reportagem do *Jornal de Santa Catarina*) em vez de “invasão” e de “antigo proprietário” para se referir a Nédison José Fernandes, procura de legitimidade ao ocorrido, como se tivessem razão por estarem invadindo a terra demarcada.

Outro destaque utilizado pela grande mídia foi o de repetir que os não-indígenas receberam e aceitaram as propostas da PRF pacificamente e que estavam apenas fazendo um churrasco.

Com ordem judicial, índio do Morro dos Cavalos recuperam casa

A chegada de um grupo de 30 pessoas à reserva indígena do Morro dos Cavalos no fim da tarde de sábado (31) provocou um bate-boca entre índios e recém-chegados. Os membros do grupo estariam em 12 veículos e teriam ido à comunidade para fazer um churrasco.
G1 Santa Catarina, 01 nov 2015.

Por que, na passagem acima, foi utilizada a frase “e teriam ido à comunidade para fazer um churrasco” se a própria matéria desmente essa afirmação, relatando que o objetivo dos invasores era reivindicar sua indenização ou até, quem sabe, reintegrar a posse? Essa estratégia pode ser vista como uma forma de desmentir as declarações dos indígenas, que

alegaram que os invasores se apresentaram armados, soltando fogos de artifício e que “bateram boca” com os moradores da aldeia. De acordo com o *Desacato*, os invasores tiveram outras atitudes de má conduta, mas isso não foi publicado na grande mídia:

Sobre a invasão na Terra Indígena Morro dos Cavalos

“Eu cacique Kerexu da Terra Indígena Morro dos Cavalos venho informar a invasão que aconteceu na aldeia Itaty, município de Palhoça, região da Grande Florianópolis. Por volta das 15:00h entraram na aldeia 10 carros cheio de pessoas, 01 caminhão com placa de Xanxerê, e 02 motocicletas. Entraram soltando rojão tocando o maior terror, entraram e arrombaram as portas de uma casa. Entraram e ameaçaram expulsar os indígenas da demais casas”, relata Eunice Antunes.

Desacato, 1 nov 2015.

Também é importante ressaltar a falta do “lado dos indígenas”. Como dito anteriormente, apenas a cacique foi entrevistada, em uma única matéria. Como os jornais querem checar se as informações são verdadeiras se só ouvem o “antigo proprietário” e a versão das fontes oficiais (PRF e Funai)? Não há questionamento por parte dos jornalistas para saber como os indígenas receberam a invasão, qual a outra versão sobre o ocorrido. A grande mídia só relatou o procedimento policial (houve uma invasão e, depois de um acordo, ela acabou) e o procedimento jurídico (eles querem a indenização ou a reintegração da posse e a Funai promete o pagamento). Ou seja, há uma exclusão do ponto de vista indígena nas reportagens.

O quinto movimento da Análise da Narrativa se trata da relação comunicativa, que é a observação do “contrato cognitivo” entre os jornalistas e a sua audiência, que segue as máximas da objetividade. Pelas citações descritas anteriormente, já é possível perceber insinuações e pressuposições – violações desse contrato. Os textos da grande mídia parecem dar o direito do “antigo proprietário” de “ocupar” a sua casa para reivindicar sua indenização. Dá-se a entender também que os indígenas são secundários no acontecimento, a não ser para o portal *Desacato*. Ou seja, até quando o território é invadido, a mídia insiste em dar invisibilidade ao povo indígena. Invisibilidade e silenciamento: na maioria das reportagens, as fontes oficiais e Nédison José Fernandes são aqueles que têm voz.

Chegamos assim ao sexto e último movimento, que é a determinação de uma metanarrativa ou significados de fundo moral. Qual a razão ética ou moral que justifica o relato desse acontecimento? Após a análise das reportagens, é possível ler a invasão do Morro dos Cavalos como uma ocupação e não uma invasão propriamente dita: “Um

homem, que não recebeu sua indenização, ocupa sua antiga propriedade, que lhe foi tirada quando o terreno passou a ser uma reserva indígena, para pressionar a Funai pela indenização”.

4. Considerações finais

Boaventura de Sousa Santos (2007) propõe o pensamento pós-abissal, que segue a intenção da ecologia de saberes através do reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos, interações sustentáveis e dinâmicas entre eles, que não comprometam sua autonomia. No entanto, alcançar essa interação tem sido o grande desafio da sociedade.

Sendo o jornalismo uma forma de conexão e troca de saberes entre culturas distintas, esta prática deveria seguir a premissa dessa ecologia de saberes proposta por Santos mais uma vez em *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências* (2002). O autor afirma que “toda ignorância é ignorante de um certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância particular”, refletindo assim um ponto de partida inicial do jornalismo, que deve manter-se sempre “ignorante”, em busca de novos saberes.

Após a análise das matérias, fica claro que os grandes jornais de Santa Catarina pautaram a invasão ao Morro dos Cavalos quando já era impossível não noticiar: um portal independente e um jornal “menor” foram os primeiros a cobrir e dar a informação ao leitor. Informação esta que nem sempre é contextualizada, não ouve todas as partes envolvidas (principalmente quando essas partes são os indígenas) e vincula a imagem do índio a alguém fragilizado e pouco confiável, sem cultura nem terra própria, que precisa lutar por seu espaço na sociedade. Fica evidente também que a mídia catarinense está longe de representar igualmente os indígenas e lutar contra o pensamento abissal e, com isso, a desigualdade social. Assim como destaca Enrique Dussel, “o pensamento que se refugia no centro termina por ser pensado como uma única realidade. Fora de suas fronteiras está o não-ser, o nada, a barbárie, o sem-sentido” (DUSSEL, 1976 apud MOSER; IJUIM, 2015).

Santos (2007) ressalta que a ciência moderna que vivemos reconhece a diversidade cultural, mas não admite a diversidade de conhecimentos, provocando assim uma razão metonímica, uma compreensão de mundo seletiva. Tais constatações podem ser observadas tanto no jornalismo quanto no pensamento social. Mas como alcançar esse objetivo se os

indígenas ainda são silenciados pela mídia, excluídos das matérias mesmo quando são vítimas do acontecimento?

Reconhecer a existência da cultura indígena não basta para que esses povos sejam respeitados e seus saberes preservados — e, principalmente, considerados como forma de conhecimento. É preciso desvinculá-los da imagem de atrasados, exóticos e estranhos. É preciso tratá-los igualmente, como pessoas. É preciso “aprender com o sul, usando a epistemologia do sul” (SANTOS, 2007), ou seja, dar voz e vez às diferentes culturas para aprender com elas.

Referências

- COSTA, Caio Túlio. **Jornalismo como representação da representação**: implicações éticas no campo da produção da informação. São Paulo: Cásper Líbero, 2009.
- DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. São Paulo/Piracicaba: Loyola/UNIMEP, 1976.
- GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. V. 1, n. 1. Florianópolis: UFSC, 2004.
- IJUIM, Jorge Kanehide. Ciência e Jornalismo: Apontamentos Sobre as Ideias de Boaventura de Sousa Santos para a Compreensão do Jornalismo. **Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. n 7. 2014.
- LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. Editora Ática, 4ªed. 1998.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MATEVVI, Rafaela. **Nhandereko Tenonde Rã - O futuro da nossa cultura**. Florianópolis, 2011.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo, Summus. 2003.
- MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. [p. 49 a 83] In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2a Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa in LAGO, Cláudia/BENETTI, Márcia (org). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma tecnologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 78, 3-46. 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n 63. Outubro de 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n M8. Junho de 1997.
- TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo [p. 13 – 43]. In: TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.
- TRAQUINA, Nelson. Ser ou não ser jornalista? [p. 31 – 58]. In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega. 1993.

Reportagens consultadas:

Chegada de grupo de 30 pessoas causa confusão em reserva indígena no Morro dos Cavalos, 01 nov 2015. Disponível em: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2015/11/chegada-de-grupo-de-30-pessoas-causa-confusao-em-reserva-indigena-no-morro-dos-cavalos-4891805.html> . Acesso em 12 abr 2016.

Com ordem judicial, índios do Morro dos Cavalos recuperam casa. G1 Santa Catarina, 01 nov 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/11/juiz-determina-que-casa-invadida-no-morro-dos-cavalos-fique-com-indios.html> . Acesso em 12 abr 2016.

Grupo de 30 pessoas invade reserva indígena do Morro dos Cavalos. Notícias do Dia, 30 out 2015. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/290877-grupo-de-30-pessoas-invade-reserva-indigena-do-morro-dos-cavalos-em-palhoca.html> . Acesso em 12 abr 2016.

Grupo que invadiu reserva indígena em Palhoça é retirado após decisão judicial. Notícias do Dia, 01 nov 2015. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/290945-grupo-que-invadiu-reserva-indigena-em-palhoca-e-retirado-apos-decisao-judicial.html> . Acesso em 12 abr 2016.

Grupo que ocupou casa na reserva indígena do morro dos cavalos deixa local. Diário Catarinense, 01 nov 2015. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/11/grupo-que-ocupou-casa-na-reserva-indigena-do-morro-dos-cavalos-deixa-local-4891970.html> . Acesso em 12 abr 2016.

Morro dos Cavalos: Polícia Federal se retira e deixa 4 não indígenas ocupando casa invadida. Desacato, 30 out 2015. Disponível em: <http://desacato.info/urgente-reserva-indigena-de-morro-dos-cavalos-esta-sendo-invadida/> . Acesso em 12 abr 2016.

Sobre a invasão na Terra Indígena Morro dos Cavalos. Desacato, 01 nov 2015. Disponível em: <http://desacato.info/sobre-a-invasao-na-terra-indigena-morro-dos-cavalos/> . Acesso em 12 abr 2016.